

A economia solidária sob a ótica da Nova Sociologia Econômica

Solidarity based economy from the perspective of New Economic Sociology

Claudio Barcelos Ogando¹

claudioo@unisinos.br

Resumo. Este artigo tem o objetivo de fazer uma revisão dos conceitos da Nova Sociologia Econômica (NSE) e sua aplicação dentro da análise do campo da Economia Solidária. Utiliza-se, primeiramente, o conceito de enraizamento (*embeddedness*), de Karl Polanyi, da imersão da economia na vida social. A partir deste e de outros conceitos-chave (como *habitus*, racionalidade, interesse e dádiva), busca-se analisar a construção social do campo da economia solidária e como os agentes atuantes neste campo reproduzem os meios de vida de forma integrante, coletiva, buscando uma sociabilidade mais plena. A NSE opõe-se à visão economicista e busca criticar esta visão, ao considerar fatos econômicos como fatos sociais. Em consonância com esta proposta analítica, na economia solidária é possível averiguar um *habitus* característico e uma cultura solidária, que escapam à lógica do interesse econômico e se orientam para alvos não materiais que não obedecem a uma lógica estritamente econômica.

Palavras-chave: economia solidária, sociologia econômica, enraizamento.

Abstract. This article reviews the concepts of New Economic Sociology (NES) and its application on solidarity economy's field. At first, we use Karl Polanyi's concept of *embeddedness*. Based on this and other key concepts (such as *habitus*, rationality, interest and gift), we try to analyze the social construction of the field of solidarity economy and how its agents reproduce their livelihoods, seeking a full sociability. The NES opposes to economic view and criticizes it, by considering economic facts as social facts. In line with this analytical proposal, in solidarity economy is possible to ascertain a characteristic *habitus* and a supportive culture, which escape from the logic of economic interest and are guided to targets that are not material and that do not follow a strictly economic logic.

Key words: solidarity economy, economic sociology, embeddedness.

Introdução

O principal objetivo do presente trabalho é refletir acerca das contribuições da Sociologia Econômica para a análise da economia solidária. Além de autores clássicos, que são referências para o tema, utilizam-se também novas abordagens trazidas pelos autores da Nova Sociologia Econômica (NSE). O principal autor de referência é Karl Polanyi e seu conceito de "imersão" ou "enraizamento" (*embeddedness*).

A NSE traz alguns elementos importantes para uma abordagem de algo que se propõe ser uma economia também baseada nos laços sociais.

A Sociologia Econômica sempre englobou, no seu campo de estudos, diversas áreas, como: produção, estratificação, empreendedorismo, crédito, ocupações, propriedade, papel do Estado, etc. Os autores clássicos da Sociologia, como Marx, Weber ou Durkheim, sempre atribuíram uma posição central às questões econômicas em suas obras.

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Av. Unisinos, 950, Cristo Rei, 93022-000, São Leopoldo, RS, Brasil.

Karl Marx (2008), em sua obra, criticou a mercantilização da força de trabalho no regime capitalista de produção. Max Weber (1999) deu ênfase a elementos carismáticos e “irracionais” na atividade econômica, além da relação entre as esferas econômica e religiosa e de uma visão cultural das atividades socioeconômicas. Émile Durkheim (2008) analisou a importância das representações coletivas nas atividades econômicas. Segundo Raud (2003), grandes sociólogos tentaram demonstrar os pressupostos teóricos e metodológicos de como uma ciência social como a Economia reivindicava ser independente do meio social, através de estudos sociológicos do mercado em termos de construção social.

Karl Polanyi (2000) é um dos principais autores da Sociologia Econômica e em sua obra principal, *A grande transformação*, de 1944, defende a tese de que a economia de mercado havia se transformado em um plano ideológico, segundo expressão do autor, “um moinho satânico que reduz trabalho, terra e dinheiro a mercadorias fictícias”. Polanyi, ao término da obra, exalta a não consumação do mito do livre mercado segundo o pensamento liberal, além de afirmar que a autonomia do mercado conduz à destruição social.

Polanyi defende a ideia de “imersão” ou “enraizamento” (*embeddedness*) da economia na vida social, retomando a função inicial da economia, como regida e tendo como objetivo a vida em sociedade, antes de ser perdida pela análise neoclássica. “Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. A importância vital do fator econômico para a existência da sociedade antecede qualquer outro resultado” (Polanyi, 2000, p. 78). Esse autor passou a estudar as ações econômicas a partir de sua origem – a vida social – buscando observar como a economia se configurava como um fato e uma instituição social.

Talvez a questão de enraizamento seja um dos principais conceitos da Nova Sociologia Econômica. Para Polanyi, a sociedade deve ser pensada e modelada de forma que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis e a economia seja uma instituição controlada pela sociedade e em função dela, e não o contrário, ou seja, uma economia enraizada, limitada por regras institucionais que conecta os agentes econômicos ao tecido moral da sociedade. Caso isso não ocorra, segundo o autor, uma sociedade pautada por uma economia de mercado se torna uma sociedade de mercado.

O conceito de *habitus*

Bourdieu (2004), outro importante autor da Sociologia Econômica, diz que o enraizamento se dá pelo *habitus*. O autor defende que, menos importante do que a maneira como se dão as relações econômicas é como as pessoas vivem suas vidas na economia, ao enfrentar e ao mesmo tempo sofrer o impacto das condições econômicas.

O autor baseia-se nos quatro conceitos-chave: *habitus*, campo, interesse e capital (social, cultural, etc.). Ele trabalha com o conceito de campos, que são as diversas arenas em que se efetuam distintas atividades sociais e se travam lutas, embates por distinções hierárquicas e poder, sendo o campo econômico a tradução perfeita de um campo de lutas, em que há, por exemplo, empresas dominantes e empresas dominadas. Bourdieu defende que a noção de campo rompe com a lógica abstrata da Economia (como ciência) da determinação automática, mecânica e instantânea dos preços pelos mercados livres de uma concorrência sem constrangimentos.

Segundo Raud (2007), Bourdieu busca evidenciar que o comportamento dos consumidores depende de uma variedade de fatores, como o capital econômico e cultural, a trajetória social, a situação familiar/matrimonial e a localização da moradia. Isso implica também a análise da dimensão coletiva dos agentes sociais (ao contrário do que propõe a visão econômica neoclássica de indivíduos atomizados), rompendo com a ideia de *homo economicus*.

Bourdieu entende por capital a distribuição de poderes que determinam as posições relativas em determinado campo. O capital pode ser, por exemplo, econômico, cultural, político, social e simbólico, sendo este último, conforme ressalva do autor, em geral chamado de prestígio, reputação, fama, o que se aplica a uma expressão de confiança ou de (re)conhecimento.

A teoria do campo de Bourdieu pode ser relacionada à noção de enraizamento dos sociólogos da NSE que trabalham com a concepção da ação econômica em redes de relações sociais, contidas dentro do campo. O que é avaliado nos campos difere, dependendo de como o jogo do campo é jogado e que tipo de capital (e valores) do lado vencedor se impõe.

Bourdieu considera mercado como uma relação entre campos de produção e áreas de consumo. Assim, campos autônomos, tais como os campos literário ou artístico, são

parcialmente construídos em relação ao mercado, ou seja, em relação aos consumidores. Conforme o autor francês, capital social é o conjunto, o agregado de recursos existentes ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de ligações, de vínculos mais ou menos institucionalizados de conhecimento ou reconhecimento (Bourdieu *in* Raud, 2007).

A análise de Pierre Bourdieu traz também o fator de interesse e estratégia, contra uma visão que entende as relações de reciprocidade como “encantadas” e livres de conflitos. Para Bourdieu, “interesse é ‘estar em’, participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos” (Bourdieu, 1996, p. 139). Mas há uma diferença: o interesse não seria apenas internalizado, poderia ser situado fora do indivíduo.

Economia da dádiva

Mauss (1974) foi um autor clássico que desenvolveu o tema através do “paradigma da dádiva”. Godbout (1998), que se baseia em Mauss, leva em conta termos e princípios éticos ao expor a ideia da dádiva concebida para garantir o bom andamento das relações econômicas, pois, para ele, o indivíduo moderno não é mais capaz de pensar o que circula na sociedade sem partir das noções de otimização, racionalidade e individualidade. “No contexto dessa ruptura do modelo comunitário, o que todos amamos espontaneamente no mercado é essa liberdade. É essa facilidade de sair de uma relação que não se aprecia, de ir procurar outra coisa” (Godbout, 1998, p. 3).

Para Mauss, era no nível das relações sociais que se podia ver a essência daquilo que pretendia a Sociologia, por serem as relações sociais reflexos tanto da estrutura quanto da ação do indivíduo e seu ponto de intersecção. Neste sentido, Mauss adotou a noção de símbolo nas relações sociais, estendendo-a para muito além do campo linguístico, ao se radicalizar a concepção da natureza simbólica da relação social. De acordo com Camille Tarot, em Caillé (1998) “o símbolo maussiano não é a palavra ou o fonema, é a dádiva. As palavras, as saudações, os presentes, solenemente trocados e recebidos e obrigatoriamente retribuídos sob o risco de guerras o que são senão símbolos?” (*in* Caillé, 1998, p. 9).

A partir da noção de simbolismo como forma estruturante das relações sociais, Mauss desen-

volveu o paradigma da dádiva como o princípio destas relações. A dádiva tem, segundo Caillé, como qualquer ação sem expectativa imediata ou certeza de retribuição, o objetivo de “criar, manter ou reproduzir a sociabilidade, comportando, portanto, uma dimensão de gratuidade” (Caillé, 1998, p. 14). A dádiva, ou dom, tem um sentido simbólico de iniciar uma relação e manter um vínculo, seja apenas de gratidão, seja de uma dívida silenciosa e não dita.

A dádiva é um importante conceito para abordarmos a economia solidária sob a ótica da Sociologia Econômica, pois pode ser considerado como uma explicação da interação social, ou seja, uma forma que descreve como se dão as relações sociais, situando-se entre a concepção comunitarista de sociedade e a racional; nem mecânica, nem ao acaso, a partir de uma “mão invisível”. Esta noção recuperaria o propósito de aglutinador social e proporia uma nova racionalidade.

Esta visão foi considerada por alguns como utópica, e talvez aqui residam algumas contradições que possam ser, injustamente, atribuídas ao pensamento de Marcel Mauss, como a de considerar que as relações sociais são, exclusivamente, dadivosas, desprovidas de interesse. Como ressalta Caillé, Mauss insiste continuamente na imbricação entre utilitário e simbólico. Esta é, portanto, uma das formas de abordagem da dádiva, proposta por Mauss: o dom, a cooperação entre iguais.

Mauss propõe tanto uma doutrina normativa para uma vida em sociedade, em contraponto ao utilitarismo, quanto uma forma de análise da ação individual quando ela se torna social; a lógica da dádiva aparece em contraponto a esta visão economicista.

Nova Sociologia Econômica

Segundo Swedberg (2004, p. 12), a Nova Sociologia Econômica apoia-se, principalmente, no enfoque de Weber e

estuda tanto o setor econômico na sociedade (“fenômenos econômicos”) como a maneira pela qual esses fenômenos influenciam o resto da sociedade (“fenômenos economicamente condicionados”) e o modo pelo qual o restante da sociedade os influencia (“fenômenos economicamente relevantes”).

Com esta proposta, Sociologia Econômica ressurge com força principalmente ao final do século passado, especialmente a partir de 1970, com a publicação de diversas obras, sobretudo nos

Estados Unidos, com destaque para as reflexões de Mark Granovetter (1974). Esses autores passaram a desenvolver uma teoria que descartasse a teoria do homo economicus. Ou seja, que demonstrasse que o homem não é, em sua essência, um homem econômico, movido por uma razão econômica, mas “apenas atores econômicos concretos que possuem uma determinada idade, uma determinada inserção, pertencem a um gênero, e assim por diante” (Swedberg, 2004, p. 8).

A Nova Sociologia Econômica vem apoiada nas ideias de Polanyi, Bourdieu e outros autores clássicos, na contramão da visão economicista. Porém, segundo Swedberg, a Nova Sociologia Econômica tem uma diferença em relação à “velha” Sociologia Econômica: a nova deveria focalizar as instituições econômicas centrais, em uma visão que parte das instituições econômicas para a sociedade. Ainda segundo esse autor, a Sociologia Econômica poderia ser definida como “a aplicação de ideias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos” (Swedberg, 2004, p. 9). Desta forma, contemplaria os fatos sociais que de alguma maneira relacionam a vida social com as questões econômicas.

Atribuir a análise de um fenômeno econômico estritamente a questões de análise quantitativa faz com que muito se perca nesta análise. Por outro lado, a simples análise sociológica de fatos relacionados à racionalidade e fatos de natureza econômica, explicados simplesmente de maneira empírica e teórica, fazem com que também não seja uma análise completa. Para o autor, existe ainda um sentimento cada vez maior de que a Sociologia Econômica e a Economia Comportamental têm muito em comum.

A NSE traz alguns elementos importantes para uma abordagem de algo que se propõe ser uma economia também baseada nos laços sociais. A Nova Sociologia Econômica propõe uma leitura da realidade na contramão da visão economicista, buscando observar como a economia se configura como um fato e uma instituição social, considerando fatos econômicos como *atos sociais*.

Na visão de Polanyi (2000), mercados não regulamentados ou regulados pelas próprias leis de mercado, e não por leis sociais, pelas quais e para as quais são feitos, não podem ser mais do que uma forma patológica de organizar o preenchimento de funções adaptativas na sociedade e conduzem à anomia social.

O conceito de enraizamento é, dentro dessa lógica, o que define o mercado. A forma de

enraizamento do social com o econômico na economia solidária não se dá através da lógica convencional de mercado, que na economia solidária não é pautado pelo lucro, nem baseado no trabalho assalariado. O enraizamento se dá por conta de outras questões, relacionadas ao *habitus*, como disse Bourdieu. E esse *habitus* é uma cultura de uma relação igualitária e de cooperação entre os trabalhadores, outros empreendimentos e o consumidor – encontrada, certamente, em maior ou menor grau, na realidade empírica da economia solidária.

Segundo Raud (2007), ao analisarmos a economia quanto às disposições dos agentes, devemos atentar para a noção de *habitus*, isto é, disposições incorporadas, condicionamentos sociais, com alguma margem de liberdade, “espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação” (Bourdieu *in* Raud, 2007, p. 6). Pela concepção de economia solidária, como movimento e como política pública, ela se dá principalmente através da dimensão política.

Durkheim – o primeiro a desenvolver o conceito de *habitus* – definia *habitus* como a um grupo realizando de maneira regular uma uniformidade intelectual e moral, onde tudo seria comum a todos. A educação, neste caso, é organizada de maneira a produzir um efeito profundo e duradouro, a se enraizar nos indivíduos.

Assim também é na economia solidária. Os valores são passados constantemente através de processos de formação, por trabalhadores militantes, assessores e pesquisadores. Esses, muitas vezes, se apropriam mais destes valores do que os trabalhadores da base dos próprios empreendimentos. Nos empreendimentos ocorrem disputas internas entre lideranças; externamente, entre empreendimentos, por espaços ou recursos.

Esse *habitus*, portanto, não é algo consolidado, mas percebe-se o seu desenvolvimento e incorporação por seus agentes, seja pelo próprio movimento, seja pelo desenvolvimento do capital social dentro do grupo. Conceitos como “solidariedade”, “autogestão”, “outra economia” e a filosofia de que “todos são donos” são sempre trabalhados, referidos, mesmo que muitas vezes não tão assimilados, compreendidos ou praticados de fato. Mas são algo que está enraizado dentro da economia solidária e a acompanha. Cada um assimila e se compromete com esses valores, de acordo com sua própria assimilação do contexto – assim como no conceito de *habitus* original – e com as instâncias de participação em que está

atuando. Isso é claro ao vermos que alguns fóruns possuem disputas internas duras, enquanto outros praticam a autogestão de maneira mais pacífica e integrada. Isso mostra o quanto cada um – e cada grupo – assimila cada princípio diferentemente. Não cabem, portanto, nesse contexto, idealizações ingênuas dos princípios que estão ligadas ao “tipo ideal” de empreendimento de economia solidária.

Segundo Bourdieu, o *habitus*

tem seu princípio na instituição escolar, investida da função de transmitir conscientemente e em certa medida inconscientemente ou, de modo mais preciso, de produzir indivíduos dotados do sistema de esquemas inconscientes (ou profundamente internalizados), o qual constitui sua cultura, ou melhor, seu habitus (Bourdieu in Raud, 2007, p. 14).

A economia solidária possui uma formação forte em termos de seus princípios nas oficinas ministradas por apoiadores, em cursos, centros de formações e incubadoras, em todo o Brasil. Muitas vezes, a disputa entre os apoiadores é justamente a sobreposição de atividades. Algumas destas atividades são especializações técnicas para o trabalho diretamente voltadas à atividade-fim do grupo e outra grande parte é um reforço destes princípios solidários.

Segundo Raud, o *habitus* é um instrumento conceitual que auxilia a apreender uma certa homogeneidade nas disposições, nos gostos e preferências de grupos e indivíduos produtos de uma mesma trajetória social. Não pode ser interpretado apenas como sinônimo de uma memória sedimentada e imutável; é também um sistema de disposição construído continuamente, aberto e constantemente sujeito a novas experiências. Pode ser visto como um estoque de disposições incorporadas, mas postas em prática a partir de estímulos conjunturais de um campo.

Economia solidária

Na economia solidária, como em qualquer outro campo, mais se assimila o que se vive do que o que se aprende por definição. Em muitos casos, a formação é integral, assimilada de maneira natural e assim reproduzida dentro do grupo. Entretanto, em outros grupos solidários ocorrem disputas internas, não há o solidarismo praticado cotidianamente e, mesmo que os conceitos sejam repetidos, o são de maneira desconexa, apenas como um ideal, ou nem mesmo isso.

Pode-se dizer que existe uma “cultura da economia solidária”. Não é necessariamente uma cultura de solidarismo, mas tem seu próprio campo, valores, interesses, regras e modos de agir e de se posicionar. É uma cultura, naturalmente, que tem pontos em comum com a de outros movimentos, advindos dos processos de formação, de militância, a exemplo do Movimento dos Sem-Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e outros movimentos sociais.

As estratégias surgem como ações práticas inspiradas pelos estímulos de uma determinada situação, como diz Bourdieu. São inconscientes, pois tendem a se ajustar como um sentido prático às necessidades impostas por uma configuração social específica que está intimamente relacionada com o conceito de campo.

Nem a lógica capitalista é tão diabólica, nem a lógica solidária é tão pura; porém, de certa forma, os princípios da economia solidária são analisados e reconhecidos, em maior e menor grau. Mesmo quando as práticas – ou ações – dão toda a aparência de desinteresse, porque escapam à lógica do interesse estritamente “econômico” e se orientam para alvos não materiais e dificilmente quantificáveis, as práticas não obedecem a uma lógica estritamente solidária.

A lógica de interesse da economia solidária, além do aspecto econômico, pode ser a participação nas esferas de decisões políticas e de representação, seja nos fóruns municipais, seja disputando a representação nos fóruns regionais e, por sua vez, disputando representação nos fóruns estaduais e nacionais, como delegados. Essa disputa envolve mais as entidades de apoio do que os empreendimentos. Ocorre também a disputa na participação em projetos, seja na busca por recursos de fomento, seja na própria representatividade, como capital social.

Participar de qualquer evento é sempre importante, mesmo que seja apenas para saber quais são as estratégias das outras entidades. Isso varia de entidade para entidade, de pessoa para pessoa, de lugar para lugar (*habitus*), mas é algo que está sempre lá. Segundo Bourdieu, atrás do desinteresse aparente da dádiva escondem-se cálculo e interesse. “Os universos sociais nos quais o desinteresse é a norma oficial não são, sem dúvida, inteiramente regidos pelo desinteresse: por trás da aparência piedosa e virtuosa do desinteresse, há interesses sutis, camuflados” (1996, p. 152).

Por isso, a verdadeira economia solidária se dá nos empreendimentos, no cotidiano,

interno às suas células produtivas. Esses empreendimentos são os responsáveis e os maiores representantes dessa economia – muitas vezes esquecidos por algumas entidades ou em alguns projetos.

Mas mesmo em um ambiente de grande solidarismo e cooperação, outro interesse, além do próprio empreendimento, pode existir; geralmente por parte da liderança do grupo. A partir desta liderança, a pessoa passa a aparecer em esferas a que até então não tinha acesso, como imprensa, esfera política, universidades e nos próprios meios da economia solidária, como os fóruns locais e regionais. Nesse último caso, o agente toma uma posição mais política e deixa o empreendimento para outra liderança interna, passando a representar o empreendimento nessas outras instâncias. Não é raro o empreendimento ter uma pessoa apenas para isso, o que geralmente não é revertido em nenhum bem econômico para esta pessoa, porém em capital social e em oportunidades para seu empreendimento.

Porém, segundo França Filho (2008), esta visão não se caracteriza como se o próprio da ação humana fosse proceder sempre e exclusivamente segundo um cálculo utilitário de consequências, numa visão que enfatiza a dimensão estratégica dos comportamentos individuais.

A perspectiva da economia solidária, porém, abre-se muito mais para uma visão complexa do humano. Este é pensado como antes de tudo um ser simbólico, dotado de valores, e cujo comportamento não pode ser entendido em termos de previsibilidade, mas, sobretudo, é marcado pela incerteza (França Filho, 2008, p. 65).

Certamente, na economia solidária, em concordância com a concepção da Sociologia Econômica, a racionalidade da ação é econômica, mas não é baseada em um *homo economicus*. Sendo assim, é preciso repensar a identidade deste indivíduo não exclusivamente econômico, não inserido apenas em uma sociedade de mercado, mas um sujeito integrado (ou imbricado, segundo Polanyi) a determinado meio social e suas múltiplas determinações e possibilidades.

Para Weber, a primeira forma de racionalidade (baseada apenas na razão econômica) refere-se à aplicação rigorosa da lógica fria do cálculo de custo e benefício; já a segunda permite introduzir uma avaliação valorativa das consequências sociais da atividade econômica. Esta outra racionalidade garante a possibili-

dade de se avaliar a atividade econômica sob outros pontos de vista, avaliando os *resultados* dessa atividade em termos de repartição dos bens entre os diversos grupos sociais, em termos de hierarquia social, ou ainda em termos de outros critérios de valor. Para Weber, essas duas formas de racionalidade não são concomitantes, mesmo que possa ocorrer ocasionalmente uma coincidência.

A racionalidade estritamente econômica, segundo França Filho e Laville (2004), é uma compreensão estreita e discriminatória da economia que domina o nosso senso comum, graças a três reducionismos introduzidos desde o séc. XIX pela economia neoclássica e seus axiomas utilitaristas: (a) a redução de toda economia à economia de mercado; (b) a redução de todo mercado ao mercado autorregulado; (c) a redução de toda empresa econômica à empresa capitalista.

Racionalidade, eficiência e empreendedorismo são conceitos que são relacionados à Nova Sociologia Econômica e já foram trabalhados avaliando o campo da economia solidária.

Institui-se uma comunidade de trabalho, que passa a codeterminar a racionalidade econômica (Gaiger, 2009). Internamente, o empreendimento tem alguns agentes que mantêm esse *habitus*. Caso isso não ocorra, mais cedo ou mais tarde a chance deste empreendimento deixar de existir é grande, uma vez que ele se encontra fora deste campo de atuação. Com isso ele tem duas opções: vira um empreendimento comum ou os agentes absorvem essa racionalidade e passam a buscar o sucesso do empreendimento.

Ainda segundo o autor, tais práticas, cujas conexões sustentam a tese de uma racionalidade peculiar dessas organizações, são-lhes estruturantes. São situações à primeira vista sem maiores consequências, como o domínio das mulheres no quadro social, mas que estão assimiladas como *habitus* que determinam outra racionalidade e que condicionam outra economia.

Apesar de todo o campo complexo dos agentes da economia solidária, a economia solidária de fato são os empreendimentos econômicos solidários, e o lugar onde mais opera a lógica da dádiva, da solidariedade e da cooperação é o próprio empreendimento solidário, entre seus associados.

Nas entidades de apoio, as relações de trabalho são capitalistas, muitas vezes com relações hierárquicas fortes e personalizadas, sem autogestão, com a pressão de cumprirem-se

metas, da busca por recursos, e em algumas até com uma relativa precarização do trabalho.

Nas entidades governamentais, por sua vez, as relações também são assalariadas, os interesses estão para além da economia solidária, que é uma política pública dentre tantas outras.

Considerações finais

A questão central deste texto foi refletir sobre o campo da economia solidária no Brasil a partir de conceitos da Nova Sociologia Econômica, em especial o conceito de “enraizamento” de Karl Polanyi – que levou ao conceito de *habitus*, dádiva e outros que abordamos. Dessa análise surgiram outras análises concomitantes, como uma forma de mercado e economia que reúne outros fatores de racionalidade, além do lucro, que possibilitam o desenvolvimento conjunto e a diminuição das desigualdades por esta relação econômica/social.

A economia solidária, como socioeconomia, permite a possibilidade da diminuição das desigualdades através da condição de uma relação de troca, de permuta comunitária, no estabelecimento de redes de comercialização. Estas se formam para alocar recursos (unir pessoas, estender os laços sociais, integrar atores sociais), e acabam sendo meios para desenvolver entre os agentes uma sociabilidade mais plena.

Esta discussão teórica sobre a articulação entre o econômico, o político, o social e o simbólico na vida das pessoas direcionou-se para o tema da reciprocidade, que permitiu uma aproximação de elementos conceituais da Sociologia, da Antropologia e da Economia. Por observar a complexidade das interações sociais que constituem as sociedades, o conceito de enraizamento é a perspectiva que melhor integra reciprocidade, outra racionalidade, dádiva e o trabalho como ato e como fato social total.

O que se pretendeu com esta abordagem foi chamar a atenção para a importância da relação entre o social e as relações econômicas, entre os agentes e o papel que exercem os recursos simbólicos e sociais disponíveis na economia solidária, na forma de relações de reciprocidade, interconhecimento e proximidade, que podem servir para direcionar estas atividades.

Como diz Raud, é preciso abandonar a dicotomia do econômico e do não econômico que proíbe apreender a ciência das práticas “econômicas” como caso particular de uma ciência capaz de tratar todas as práticas, inclusive

aquelas que se reivindicam desinteressadas ou gratuitas, portanto libertadas da “economia” como práticas econômicas orientadas para a maximização do lucro. Assim, intenta-se esboçar os grandes traços de uma teoria sociológica geral que inclua a economia como constitutiva.

Segundo Gaiger (2009), essa totalização não dialética do sistema econômico de nossas sociedades, além de não perceber as contradições internas do capitalismo, desconhece por inteiro a pluralidade da vida e dos comportamentos econômicos existentes e fulmina todos os possíveis pontos de sustentação de qualquer teoria e de qualquer tentativa de transformação histórica.

Para isso, porém, a economia solidária deve passar por vários desafios. Um dos desafios diz respeito à questão do marco legal ou marco regulatório das práticas de economia solidária. O fato de não haver uma legislação apropriada à realidade da economia solidária, tanto em termos de forma de organização quanto de legislação trabalhista, obriga a uma série de ajustes na construção das redes locais limitando o potencial de mudança de tais propostas.

Além disso, um outro desafio concerne à construção prática da economia solidária em termos de gestão das suas diferentes formas de manifestação. O obstáculo, nesse caso, diz respeito à necessidade de elaboração e desenvolvimento de ferramentas apropriadas à gestão e avaliação levando-se em conta os saberes e objetivos específicos destes grupos.

Dentro da lógica de imbricação do econômico no social e do “bem viver”, o objetivo destes empreendimentos é reproduzir os meios de vida dos trabalhadores associados de forma integrante, coletiva, constituindo-se em uma sociabilidade plena.

Referências

- BOURDIEU, P. 1996. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 3ª ed., Campinas, Papirus, 232 p.
- BOURDIEU, P. 2004. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Ática, 361 p.
- CAILLÉ, A. 1998. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(38):5-38.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000300001>
- DURKHEIM, É. 2008. *Da divisão do trabalho social*. 3ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 536 p.
- FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J. L. 2004. *A economia solidária entre a Europa e a América Latina: um exemplo de comparação*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 199 p.

- FRANÇA FILHO, G. 2008. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. *O&S*, **15**(45):219-232.
- GAIGER, L. I. 2009. Eficiência. In: CATTANI, A.D.; GAIGER, L.I.; LAVILLE, J.L.; HESPANHA, P. (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra, Almedina, p. 179-164.
- GODBOUT, J.T. 1998. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, **13**(38):39-52. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000300002>
- GRANOVETTER, M. 1974. *Getting a Job: A Study of Contacts and Careers*. Cambridge, Harvard University Press, 256 p.
- MAUSS, M. 1974. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: M. MAUSS, *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Edusp, vol. 2, p. 22-84.
- MARX, K. 2008. *O capital: Crítica da economia política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 420 p.
- POLANYI, K. 2000. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Campus, 336 p.
- RAUD, C. 2003. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: Uma análise social das instituições na sociologia econômica clássica. *Cadernos de Pesquisa*, **34**:127-208.
- RAUD, C. 2007. Bourdieu e a nova sociologia econômica. *Tempo Social*, **19**(2):203-232. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702007000200008>
- SWEDBERG, R. 2004. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social*, **16**(2):7-34. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702004000200001>
- WEBER, M. 1999. *Economia e sociedade: Fundamentos da sociedade compreensiva*. Brasília, Ed. UnB, 584 p.

Submetido: 27/06/2012

Aceito: 28/09/2012